



OS DESAFIOS IMPOSTOS À LUTA DA CLASSE TRABALHADORA NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Leidilane de Oliveira Honorato¹

Resumo: A luta da classe trabalhadora historicamente representou uma forma de assegurar e consolidar direitos, contribuindo para importantes conquistas. O marco na luta e garantia de direitos no Brasil foi a Constituição Federal de 1988. Na década de 1990 o Governo brasileiro adotou o ideário neoliberal que já vinha sendo implementado em alguns países centrais. A adoção do neoliberalismo influenciou não somente as mudanças nos papéis do Estado e nos direitos sociais alcançados, mas também atingiu a luta da classe trabalhadora, fragilizando-a. O presente trabalho visa analisar os desafios objetivos e subjetivos que fragmentam e enfraquecem sua organização no contexto neoliberal.

Palavras-chave: Lutas da classe trabalhadora, neoliberalismo, desafios às lutas da classe trabalhadora.

Abstract: The struggle of the working class historically was a way to ensure and consolidate rights, contributing to important achievements. The milestone in the fight and securing of rights in Brazil was the 1988 Federal Constitution. In the nineties the Brazilian government adopted the neoliberal ideology that was already being implemented in some core countries. The adoption of neoliberalism not only influenced the changes in the roles of state and social rights achieved, but the fight has reached the working class, weakening it. This paper aims to consider the objective and subjective that fragment and weaken your organization in this context.

Key words: The working class struggle, neoliberalism, challenges to fight the working class.

¹ Mestranda. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: leidi honorato@hotmail.com



1 INTRODUÇÃO

A luta da classe trabalhadora expressou, historicamente, um meio de garantir e efetivar direitos numa sociedade pautada na desigualdade social e injustiça. Desse modo, essas lutas contribuíram para concretização de importantes conquistas no âmbito dos direitos.

O presente texto tem como objetivo precípuo analisar os desafios que estão sendo impostos à luta da classe trabalhadora no contexto neoliberal, no qual os direitos estão sendo retirados e/ou minimizados, paulatinamente. Para tanto, será abordado, sumariamente, qual a importância da luta para a conquista de direitos sociais, políticos e civis. Em seguida procurar-se-á compreender o contexto em que surge o neoliberalismo e sua influência não somente sob o Estado, a economia e as políticas sociais, mas inclusive na luta da classe trabalhadora. A partir de então, será analisado os desafios colocados à classe trabalhadora nesse contexto neoliberal.

2 RELEVÂNCIA HISTÓRICA DA LUTA DA CLASSE TRABALHADORA

A luta da classe trabalhadora deu-se, historicamente, na sociedade capitalista, como forma de rebelar-se contra a exploração e opressão proveniente da classe dominante². Desse modo, a luta manifestou-se concretamente através de conflitos que ocorreram no âmbito da produção, inicialmente como ataques contra os próprios instrumentos de produção (MARX E ENGELS, 1998, p. 14). Mais tarde essas lutas se ampliam para diversos outros campos de interesses dos indivíduos – saúde, previdência, assistência, educação – os quais vêem suas condições de vida restringidas. Os trabalhadores somam, assim, suas lutas por melhores condições de trabalho com lutas por proteção social, via políticas sociais.

Dessa forma, passam a reivindicar a garantia e efetivação dos seus direitos, exigindo, arduamente, do Estado uma legislação que os proteja (IAMAMOTO, 2007a). No

² Segundo Marx (apud IAMAMOTO, 2007a, p. 374): “À medida que a burguesia se desenvolve, desenvolve-se uma luta entre a classe operária e a classe burguesa, luta que antes de ser sentida por ambos os lados, percebida, avaliada, compreendida, confessada e proclamada abertamente, manifesta-se previamente apenas por conflitos parciais e momentâneos, por episódios subversivos”.



Brasil a Constituição Federal de 1988 foi um marco nas conquistas da classe trabalhadora³, visto que reconheceu, legalmente, para amplos segmentos da sociedade, direitos que até então não haviam recebido atenção (como é o caso da política de Assistência Social). E, ressalta-se que para concretização dessa conquista muitos setores sociais se organizaram, articulando e exigindo mudanças.

Assim a presença da luta na busca por direitos é bastante relevante, como afirma Santos (2005, p. 82):

A luta por direitos se realiza enquanto ação política, na medida em que a regulamentação de um determinado direito numa sociedade fundada no antagonismo de classe, não acontece naturalmente, mas é na maioria das vezes, produto da organização coletiva, da correlação de forças e da articulação entre luta institucional, parlamentar e luta popular, extra-parlamentar.

Santos (2005) ressalta, ainda, que a luta por direitos só tem sentido nas sociedades de classe, haja vista que nestas, estes não se dão naturalmente⁴. Todavia, Tonet (1997, p. 178) salienta que:

É sempre bom lembrar que a emancipação política não é uma situação estática, mas um campo, uma arena de luta, um resultado das lutas sociais – ainda que, em última instância, sob a regência do capital – de modo que seu abandono pela classe trabalhadora significaria ceder terreno para os interesses da burguesia.

Portanto, vivemos em uma sociedade marcada pelo antagonismo de classe, em que as necessidades ainda que mínimas, de uma maioria não são reconhecidas, mas, pelo contrário, são colocados em segundo plano em prol dos interesses, muitas vezes, supérfluos de uma minoria. Ao mesmo tempo, as políticas sociais, constituídas para a efetivação de direitos, – que nunca atingiram a universalidade – têm sofrido com os cortes nos gastos sociais, sendo delineadas, segundo Behring (2003) pelo trinômio da privatização, focalização e descentralização – entendida como mero repasse de responsabilidade para segmentos privados ou públicos não-estatais.

³ Contudo, é importante destacar que desde os anos de 1930 que o Estado brasileiro passou a regulamentar mais efetivamente os direitos sociais, porém somente para aqueles que estavam formalmente inseridos no mercado de trabalho, restando, para os inaptos ao trabalho, a caridade privada.

⁴ Tonet (s/d) aborda muito bem essa questão ao afirmar que a luta por direito “só adquire o seu pleno e mais progressista sentido se tiver como fim último a extinção dos próprios direitos humanos” (p. 1), posto que na sociedade capitalista eles são alicerçados unicamente no aspecto jurídico-político e de modo muito formal, havendo uma verdadeira dicotomia entre direito (o que está presente nas legislações) e realidade (a sua garantia efetiva). Ou seja, “numa sociedade plenamente emancipada, onde foi suprimida radicalmente a desigualdade social, onde os homens são efetivamente livres e iguais, onde os indivíduos podem de fato construir-se como indivíduos plenamente humanos porque têm acesso ao patrimônio genérico comum, não faz sentido a existência de qualquer tipo de poder político e de direito” (TONET, s/d).



O contexto atual é marcado, portanto, pela desigualdade social, sendo que, mesmo os poucos direitos sociais conquistados, via lutas sociais, estão sendo paulatinamente retirados e/ou minimizados sob a implementação do neoliberalismo.

As idéias neoliberais foram elaboradas por Friedrich Von Hayek e, embora formuladas em 1944, não tiveram naquela época muita adesão, pois, nesse período, viviam-se os anos dourados do capitalismo. Com a crise vivenciada nesse sistema, na década de 1970, dá-se uma abertura para a discussão e implementação do neoliberalismo⁵ (ANDERSON, 2003).

Os adeptos do neoliberalismo vão defender que a nova crise do capital deve-se às constantes pressões reivindicativas do movimento da classe trabalhadora para que o Estado aumentasse sempre mais os gastos com o social. O neoliberalismo retoma o discurso de que é preciso liberalizar sempre mais, pois o mercado é o melhor mecanismo para o crescimento e para a satisfação das necessidades dos indivíduos (IANNI, 1997). Neste sentido, o Estado diminui os gastos públicos e diminui também o seu papel nas intervenções econômicas.

Dentre as muitas propostas da política neoliberal, podemos destacar a reforma do Estado, a desestatização da economia, a privatização de empresas produtivas e lucrativas governamentais, a abertura de mercados etc. (IANNI, 1997). Essas ações têm levado o Estado a um verdadeiro repasse de responsabilidades, já que praticamente tudo passa a girar em torno do mercado.

Nessa conjuntura de Reforma do Estado – privatizações, cortes nos gastos sociais, entre outros aspectos – seguindo a ótica das políticas neoliberais, o momento é pleno de desafios (IAMAMOTO, 2007b). Desafios esses que atingem até mesmo a luta da classe trabalhadora. Como aponta Araújo (2004, p. 76) “A partir da investida neoliberal, também se têm verificado modificações (...) das relações sociais, destacando-se a fragmentação da classe operária, que mina a sua identidade e enfraquece os seus movimentos”. São estes desafios que enfraquecem e minam a luta da classe trabalhadora que veremos a seguir.

3 DESAFIOS IMPOSTOS À LUTA DA CLASSE TRABALHADORA NO NEOLIBERALISMO

⁵ O renascimento das propostas neoliberais ocorreu inicialmente nos Estados Unidos, seguido da Inglaterra e do Chile – experiência pioneira na América Latina – (IAMAMOTO, 2007b, p. 34). No Brasil, o neoliberalismo chegou com certo atraso, somente em 1990, no governo de Fernando Collor de Mello, constituindo o que Behring (2002) chamou de neoliberalismo retardatário.



Nessa sociabilidade do capital, regida pela exploração e opressão, muitos são os entraves – objetivos e subjetivos – colocados à luta por direitos da classe trabalhadora. Há um verdadeiro culto ao individualismo e egoísmo, principalmente mediante a competitividade grandemente incentivada pelo ideário neoliberal, havendo um acentuado destaque para os projetos individuais, em detrimento dos projetos coletivos. Conforme Iasi (2007, p. 39),

Na sociedade capitalista, o foco e o núcleo é um indivíduo, como célula isolada e auto-suficiente, em perfeita harmonia com a concepção de ser abstrato, trabalho alienado e propriedade privada. A vida da pessoa dá-se em um campo definido de tempo, quando ela deve lutar o máximo possível para vencer e acumular para si e sua família.

A esse individualismo exacerbado soma-se, também, a lógica do mercado e a culpabilização do indivíduo, duas faces que se misturam, diante da desresponsabilização, cada vez maior, do Estado. Os indivíduos tornam-se os responsáveis pela garantia de seu bem-estar e do atendimento de suas necessidades, como se todas as pessoas tivessem as mesmas oportunidades. Assim, direitos e necessidades – antes considerados assuntos públicos – são transformados em mercadorias que devem ser adquiridas livremente no mercado, vale ressaltar, por aqueles que podem pagar.

Embora, essa lógica de mercado exclua inumeráveis pessoas do acesso a bens e serviços, é ela que tem sido amplamente difundida, levando os indivíduos a se culpabilizarem por sua situação de miséria. Nessa busca cotidiana por suas garantias individuais, diversos sujeitos naturalizam suas condições subalternizadas e consideram perda de tempo as reivindicações, ou mesmo não acreditam que elas possam modificar a atual situação, gerando um verdadeiro imobilismo.

Montaño (2002) descreve muito bem essa condição, denominando-a de cultura do possibilismo, visto que a realidade é considerada como imodificável e a possibilidade real de superar o capitalismo é desprezada. Assim, as mudanças se dão de acordo com o estritamente possível. A luta se dá dentro e reforçando o capitalismo.

Em outros casos o imobilismo ocorre, também, pelo descrédito dado aos próprios movimentos e reivindicações. Nesses casos não se reconhecem os direitos sociais como expressão da luta política da classe trabalhadora, mas como fruto da benemerência do Estado. Esse descrédito é atribuído, também, por acontecimentos mais amplos, como foram a Queda do Muro de Berlim ou o fracasso do Socialismo Europeu.

É importante salientar, que esse imobilismo, não se dá somente em razão de fatores subjetivos, mas refletem, também, as condições objetivas de vida da classe trabalhadora,



tendo em vista que é bastante complicado requerer que um trabalhador pense em reivindicação ou mobilização quando ele sequer tem o que comer, quando suas preocupações não extrapolam o limite da garantia de sua sobrevivência – e com razão, pois como ele vai lutar se não estiver vivo? Conforme Marx e Engels (1999, p. 39):

O primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder 'fazer história'. Mas para viver é preciso comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção de meios que permitam a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material.

É centrado, também, na garantia de sua sobrevivência que muitas vezes os trabalhadores deixam de participar de reivindicações para não perderem seu emprego, e assim, não arriscarem sua sobrevivência. Os trabalhadores têm, ainda, que se dividir na realização de várias atividades para incrementar sua renda, de modo que não lhe sobra tempo para pensar em outra coisa, senão descansar. Desse modo, o crescimento da miséria e do desemprego e da precarização do mercado de trabalho, também, contribuem para esse imobilismo.

Esse quadro reflete alguns dos entraves e desafios enfrentados para a organização de lutas sociais, especialmente em relação aos movimentos sociais, que constituem uma expressão de como essas lutas se apresentam na realidade. Neste sentido, é evidente que os movimentos sociais têm perdido muito de sua vitalidade no seu processo organizativo.

Foi neste contexto que, Luiz Inácio Lula da Silva chegou ao governo presidencial e trouxe consigo, as esperanças da população brasileira. Entretanto, a vitória de Lula causou entre os setores organizados da sociedade certo imobilismo pelas esperanças que foram depositadas nesse governante, enquanto pertencente à classe subalterna, militante de um movimento sindical e proveniente de um partido supostamente de esquerda. Parecia não haver mais sentido a oposição, como foi presente nos governos anteriores. Para Netto (2004), nessa conjuntura construída pela direção política do governo Lula há

[...] uma transitória redução da vitalidade dos movimentos das classes e camadas subalternas, que se expressam na perda de ponderação de movimentos sociais capazes de colocar em pauta algo mais que reivindicações pontuais particulares (a firme resistência do MST apenas mostra as dificuldades postas a tais movimentos). Esta realidade certamente transitória, mas nem por isso despida de graves implicações torna pouco promissoras as iniciativas [...] (2004, p. 21).



Ao tomar posse do governo, Lula, procurando acalmar os ânimos dos setores organizados da sociedade – que ansiavam por mudanças, já há tempos –, pediu calma e paciência à população, o que até era compreensível, tendo em vista o legado deixado por Fernando Henrique Cardoso (FHC). Contudo, esse discurso permaneceu durante todo o seu primeiro mandato, mesmo quando os seus atos já confirmavam que o seu governo não somente deu continuidade às políticas neoliberais de FHC, como as aprofundou, postura reafirmada com sua reeleição.

Assim, o governo Lula retoma a idéia do possibilismo, ou seja, que suas ações estão dentro do possível (sendo exemplo disto, a impossibilidade de romper com o neoliberalismo). Mantêm-se, dessa forma, acordos, “diálogos” com aqueles que eram os opositores dos governos anteriores – e hoje, constituem-se a base aliada do governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

A despolitização acontece não somente pela cooptação de determinados segmentos, mas também pela desaprovação pública das poucas reivindicações que acontecem, como mostram as palavras do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (*apud* NETTO, 2004, p. 5): “quando a gente é de oposição pode fazer bravata porque não vai poder executar nada mesmo. Agora quando você é governo, tem de fazer, e aí não cabe a bravata”. Dessa forma, a atitude do governo tem sido de constranger as práticas políticas democráticas da classe trabalhadora. Até mesmo as propostas da oposição que antes foram lideradas pelo PT, vêm sendo desqualificadas pelo governo.

O fato é que o governo de Lula, contraditoriamente, assume as práticas neoliberais que combateu frontalmente na era FHC, mantendo relações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e conduzindo a Reforma do Estado, especialmente pelo prosseguimento de reformas nas políticas sociais, de que é exemplo, em larga escala, a “reforma” da Previdência Social.

Nesse contexto, faz-se imprescindível a organização da classe trabalhadora de modo a não permitir a consecução ou avanço dessas mudanças, embora sejam muitos os desafios colocados à luta. Retomando as palavras de Yamamoto (2007b, p. 17): “o momento em que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar”.

4 CONCLUSÃO



O estudo sobre a luta da classe trabalhadora nesse contexto neoliberal buscou analisar os desafios colocados a essa luta sob à égide do neoliberalismo. Para tanto, fez-se necessário compreender a relevância da luta da classe trabalhadora nas conquistas históricas por direitos, identificar os aspectos gerais do neoliberalismo e sua influência na sociedade e analisar, especificamente, quais os desafios impostos à luta da classe trabalhadora nesse contexto neoliberal.

Assim, é notório que as lutas da classe trabalhadora historicamente contribuíram para a construção e efetivação de direitos. Contudo, com o predomínio do neoliberalismo a intervenção do Estado na área social é restringida ocorrendo diversas privatizações, a lógica mercantil passou a dominar o acesso a bens e serviços, entre outras mudanças. Entretanto, Os ideais neoliberais influenciaram não somente a esfera estatal e econômica, mas todas as esferas sociais, inclusive a luta da classe trabalhadora.

Nesse contexto de restrições de direitos, a própria luta da classe trabalhadora, que por vezes foi a alavanca na conquista de direitos vê-se enfraquecida e repleta de desafios, tanto subjetivos (repassados pelos valores e culturas propagadas pelo neoliberalismo) quanto objetivos (presenciados nas condições materiais de vida dos indivíduos, que se vêem norteados pela miséria e desemprego).

Como se não bastasse as restrições, as ações do Governo Lula vêm somar-se a esses desafios, causando imobilismo em muitos setores da sociedade. Entretanto, embora inúmeros desafios se coloquem, é imprescindível que a classe trabalhadora os enfrente, continue resistindo e se mobilizando para que mais mudanças de cunho neoliberal não sejam propagadas, mas sim, que propostas democráticas de ampliação de direitos sejam efetivadas e garantidas.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, E. e GENTILI, P. (Orgs.) Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

ARAÚJO, Odília Souza de. A Reforma da Previdência Social Brasileira no Contexto das Reformas do Estado: 1988 a 1998. Natal/RN: EDUFRRN, 2004.

BEHRING, Elaine Rosseti. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.



IAMAMOTO, Marilda Villela. O Trabalho Profissional na Contemporaneidade. In: _____. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2007a.

_____. b. O Serviço Social em tempo de capital fetiche. In: _____. O Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007b.

IANNI, Octavio. Neoliberalismo e neo-socialismo. In: _____. A era do globalismo. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 257-283.

IASI, Mauro Luís. Reflexão sobre o processo de consciência. In: _____. Ensaio sobre Consciência e Emancipação. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 11-45.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã (Feuerbach). Trad. De José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 1999..

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

NETTO, José Paulo. A Conjuntura brasileira: O Serviço Social posto à prova. In: Serviço Social e Sociedade. N. 79. São Paulo: Cortez, 2004. p. 5-26.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos Santos. Sociabilidade do capital e o acesso aos direitos: campo minado de tensões e contradições. In: _____. A esquerda em desordem e as tendências da luta pela liberdade de orientação sexual. Recife/PE, 2005. Mimeo.

TONET, Ivo. Democracia ou liberdade?. Maceió: Edufal, 1997.